

POLÍTICAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE SOBRE O ENSINO DA DANÇA E OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS NA BNCC

Rafaela Canuto Jorra (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Dr.^a Jani Alves da Silva Moreira (Orientadora), Dr.^a Thaís Godoi de Souza (Co-orientadora) e-mail: ra117399@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Área e sub-área do conhecimento: Ciências Humanas/Educação

Palavras-chave: Políticas curriculares; Educação infantil; BNCC.

Resumo:

A pesquisa objetivou analisar as políticas curriculares para a Educação Infantil, em especial, a concepção da Dança como Arte na Base Nacional Comum Curricular, a fim de identificar as categorias políticas e as concepções presentes ou ausentes quando se trata do ensino da dança. A investigação é de cunho teórico, bibliográfico e documental. As fontes coletadas foram analisadas a partir da perspectiva histórico-dialética, isto é, parte-se da compreensão da totalidade histórica, para em seguida, compreender as implicações do papel do Estado, do neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas curriculares para a educação infantil. Como resultados parciais constatou-se que a dança não é mencionada na BNCC como elemento da cultura e arte, mas está contemplada como prática corporal a ser estimulada nos três campos de experiência: Corpo, gestos e movimentos; traços, sons cores e formas e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

INTRODUÇÃO

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar as políticas curriculares para a Educação Infantil, no que se refere à concepção de Dança como Arte a ser ensinada nesta primeira etapa da educação básica brasileira. O estudo tem como partida analisar a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil e outros documentos norteadores de currículo e formação de professores, a fim de averiguar as categorias políticas e concepções presentes ou ausentes quando se trata do ensino da dança. A Constituição Federal de 1988, considera a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, tendo ao longo da história, suas raízes ancoradas na concepção assistencialista e compensatória (RIZZINI, 1997). Educar e cuidar passou a ser incorporado na organização pedagógica e na prática educativa apenas no final da década de 1990, em decorrência do Referencial Curricular para a Educação Infantil e das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (MOREIRA,

2012), muitos embates, disputas e negociações no âmbito político, aconteceram após esse período.

A BNCC é considerada um documento normativo que propõe uma série de aprendizagens essenciais e competências ao longo da Educação Básica. Em relação a Educação Infantil a base assegura seis direitos que estruturam os eixos (interação e brincadeira), são eles: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se (BRASIL, 2018). No que se refere a dança, a BNCC, garante seu ensino na Educação Infantil. Diante da estruturação e da compreensão histórica da BNCC na primeira etapa da Educação Básica, a pesquisa tem como intuito compreender e problematizar como a dança e seu ensino é concebida neste documento e, essencialmente, no currículo brasileiro da Educação Infantil por meio do que se denominou “campos de experiência”. A pesquisa também busca compreender a influência do neoliberalismo, neoconservadorismo e o papel do Estado nas políticas curriculares da etapa mencionada.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é de cunho teórico, bibliográfico e documental. As fontes coletadas se caracterizaram por documentos oficiais acerca da educação infantil, artigos sobre ensino de dança na escola e a influência do neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais para a faixa etária estudada. Esses documentos foram analisados a partir da perspectiva histórico-dialética.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira parte da pesquisa visou compreender o percurso histórico e político da Educação Infantil no Brasil, os resultados identificados dessa seção mostram que essa etapa da Educação Básica, demorou a se efetivar como processo de ensino aprendizagem. O atendimento à infância iniciou de forma assistencialista, passou pelo atendimento compensatório e atualmente vive o desafio de efetivar uma concepção educativa (MOREIRA; BOGATSCHOV, 2009). Após a implementação da Constituição Federal de 1988 diversas leis são elaboradas para a educação infantil na busca de sua aplicabilidade pelos entes federados.

O segundo objetivo específico da iniciação científica foi compreender a relação entre o papel do Estado, o neoliberalismo e o neoconservadorismo nas políticas curriculares para a Educação Infantil. Diante dos autores estudados compreendeu-se que o Estado moderno é essencial para a garantia e proteção permanente da produtividade do sistema capitalista, se compõe como uma estrutura corretiva viável para “controlar” as contradições do capital, bem como possui o papel vital de garantir e proteger as condições gerais da extração da mais-valia. É um instrumento de coesão social, media às relações entre as classes e entre capital e trabalho (MÉSZÁROS, 2002). Outro conceito estudado nessa seção foi o neoliberalismo, caracterizado por uma teoria, prática social e discurso que passou a afetar os modos de pensamento, e se incorporou às maneiras cotidianas de muitos sujeitos

interpretarem, viverem e compreenderem o mundo. O neoliberalismo do século XXI, mesmo não sendo o mesmo do início do milênio, pauta-se na liberdade individual, competição, flexibilização e mercantilização de serviços. Esses predicados, permeiam empresas, governos, partidos, fundações, associações, faculdades, escolas, currículo escolar entre outros setores e locais. As ações neoliberais na educação referem-se a busca extrema por resultados, vinculação de recursos financeiros de acordo com as metas alcançadas, contratação de serviços públicos por meio de fornecedores privados, aumento do uso de empresas de consultoria para intervenções na gestão escolar, terceirização do trabalho docente, contratos flexíveis e adoção de sistemas de avaliação de resultados (SOUZA, 2021). Dessa forma observa-se que as políticas educacionais para o século XXI estão inseridas no domínio das transformações econômicas e políticas, o que as tornam flexíveis e adaptadas ao mercado, aliando-se aos interesses do bloco no poder. A influência do neoliberalismo na educação se dá com o intuito de privatização, pois “[...] o setor educacional passou a caracterizar-se como uma área propícia para a acumulação do capital” (MOREIRA; LARA, 2012, p. 57).

O terceiro objetivo da investigação foi analisar a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil a fim de averiguar as categorias políticas e concepções presentes ou ausentes quando se trata do ensino da dança, nos “campos de experiências”. Até o momento foi possível detectar que a elaboração da BNCC foi marcada pela pressa e por influências neoconservadoras, na qual a participação do público para a formação do documento foi praticamente ignorada. Temas importantes como estudos de gêneros, foram descartados da última versão, o que caracteriza a grande influência de atores conservadores. Constatou-se que a dança aparece na BNCC na educação infantil em três campos de experiência: Corpo, gestos e movimentos; traços, sons cores e formas e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações (BRASIL, 2018).

CONCLUSÕES

A fim de responder ao objetivo geral da pesquisa, o qual foi compreender e problematizar como a dança e seu ensino são concebidos na BNCC na etapa da Educação Infantil, constatou-se que essa prática corporal apresenta-se neste documento em três dos cinco campos de experiências descritos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação Araucária pela concessão da bolsa nos últimos 12 meses.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao. Acesso EM 20 jun.2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, J. A. S.; BOGATSCHOV, D. N. Políticas educacionais para o atendimento à infância no Brasil: do assistencialismo à indissociabilidade entre cuidar-educar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 8., 2009, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Unicamp, 2009.

MOREIRA, J. A. S.; LARA, Angela. M. B. **Políticas públicas para a educação infantil (1990- 2001)**. Maringá: Eduem, 2012.

RIZZINI, I. **O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR. Ministério da Cultura/USU/Editora Universitária Amais, 1997.

SOUZA, T. G. de. **Privatização na Educação Básica do Paraná: análise sobre a atuação de empresas educacionais e sistemas privados de ensino**. 662 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.